

TODAS AS ARTES



REVISTA LUSO-BRASILEIRA DE ARTES E CULTURA

ALL THE ARTS LUSO-BRAZILIAN JOURNAL OF ART AND CULTURE



Vol. 8, N. 2, Mai.-Ago. 2025
ISSN 2184-38052

EM BUSCA DAS DIFERENÇAS. ENSAIO PRELIMINAR FACE A UMA SOCIOLOGIA DA NEURODIVERSIDADE

IN SEARCH OF DIFFERENCES. PRELIMINARY ESSAY TOWARDS A SOCIOLOGY OF NEURODIVERSITY

À LA RECHERCHE DES DIFFÉRENCES. ESSAI PRÉLIMINAIRE POUR UNE SOCIOLOGIE DE LA NEURODIVERSITÉ

EN BUSCA DE LAS DIFERENCIAS. ENSAYO PRELIMINAR HACIA UNA SOCIOLOGÍA DE LA NEURODIVERSIDAD

José Bola

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, Portugal

RESUMO: O fenómeno da neurodiversidade tem sido encarado como uma categoria central nos debates sobre diferença, saúde mental e inclusão. O modo como circula é espelhado no campo académico, marcado por ambiguidades disciplinares. Este trabalho promove, de forma exploratória, um pensamento que reflita a neurodiversidade enquanto construção social da doença. Em vez de a destacar como variação neurológica, percorremos uma revisão narrativa sobre o modo como se converte num marcador social daquilo que é típico ou desviante, articulando teoria sociológica clássica e contemporânea. A partir da historicidade, dos paradigmas contemporâneos e de possíveis desafios emergentes, argumentamos que a neurodiversidade deveria funcionar como uma ramificação disciplinar da Sociologia, uma gramática cultural que pode redefinir as fronteiras do interacionismo simbólico. A lacuna consistente de literatura nacional torna necessário problematizar a neurodiversidade enquanto construção social, explorando os efeitos que produz nos indivíduos.

Palavras-chave: neurodiversidade, construção social da doença, historicidade, gramática cultural

ABSTRACT: The phenomenon of neurodiversity has been considered a central category in debates about difference, mental health, and inclusion. The way it circulates is mirrored in the academic field, marked by disciplinary ambiguities. This work promotes, in an exploratory way, a thought that reflects neurodiversity as a social construction of illness. Instead of highlighting it as a neurological variation, we undertake a narrative review of how it becomes a social marker of what is typical or deviant, articulating classical and contemporary sociological theory. Based on historicity, contemporary paradigms, and possible emerging challenges, we argue that neurodiversity should function as a disciplinary branch of Sociology, a cultural grammar that can redefine the boundaries of symbolic interactionism. The consistent gap in national literature makes it necessary to problematize neurodiversity as a social construction, exploring the effects it produces on individuals.

Keywords: neurodiversity, social construction of disease, historicity, cultural grammar

RÉSUMÉ: Le phénomène de la neurodiversité est considéré comme une catégorie centrale dans les débats sur la différence, la santé mentale et l'inclusion. Sa circulation se reflète dans le champ académique, marqué par des ambiguïtés disciplinaires. Ce travail encourage, de manière exploratoire, une réflexion sur la neurodiversité comme construction sociale de la maladie. Plutôt que de la réduire à une simple variation neurologique, nous proposons une analyse narrative de la manière dont elle devient un marqueur social de ce qui est typique ou déviant, en articulant théories sociologiques classiques et contemporaines. En nous appuyant sur l'historicité, les paradigmes contemporains et les défis émergents, nous soutenons que la neurodiversité devrait constituer une branche disciplinaire de la sociologie, une grammaire culturelle capable de redéfinir les frontières de l'interactionnisme symbolique. Le manque persistant de littérature nationale sur le sujet rend nécessaire une problématisation de la neurodiversité en tant que construction sociale, en explorant ses effets sur les individus.

Mots-clés: neurodiversité, construction sociale de la maladie, historicité, grammaire culturelle

RESUMEN: El fenómeno de la neurodiversidad se ha considerado una categoría central en los debates sobre diferencia, salud mental y inclusión. Su circulación se refleja en el ámbito académico, marcado por ambigüedades disciplinarias. Este trabajo promueve, de forma exploratoria, una reflexión sobre la neurodiversidad como una construcción social de la enfermedad. En lugar de destacarla como una variación neurológica, emprendemos una revisión narrativa de cómo se convierte en un marcador social de lo típico o desviado, articulando la teoría sociológica clásica y contemporánea. Con base en la historicidad, los paradigmas contemporáneos y los posibles desafíos emergentes, argumentamos que la neurodiversidad debería funcionar como una rama disciplinaria de la sociología, una gramática cultural capaz de redefinir los límites del interaccionismo simbólico. La constante brecha en la literatura nacional hace necesario problematizar la neurodiversidad como una construcción social, explorando sus efectos en los individuos.

Palabras-clave: neurodiversidad, construcción social de la enfermedad, historicidad, gramática cultural

1. Entrada

O conceito de neurodiversidade emerge nos anos 90 no contexto dos movimentos ativistas anglo-saxónicos associados particularmente a comunidades autistas, apresentando uma crítica direta às leituras estritamente biomédicas da diferença neurológica. Cunhado por Judy Singer (1998), o termo propõe compreender a variabilidade cognitiva como uma expressão legítima da diversidade humana, deslocando o foco da patologia individual para os contextos sociais, culturais e institucionais que produzem normalidade e desvio (Barros *et al.*, 2019). Embora estejamos conscientes de que as suas raízes dialoguem com contributos da biologia, da medicina e da genética (Jaarsma & Welin, 2012; Thapar *et al.*, 2013), a neurodiversidade consolida progressivamente uma gramática cultural através da qual as sociedades contemporâneas classificam, interpretam e regulam as diferenças cognitivas.

Ao longo das últimas duas décadas, este enquadramento tem ido além do ativismo, penetrando discursos institucionais, práticas educativas, significados artísticos, políticas públicas, meios de comunicação e dispositivos de saúde mental. Contudo, a consolidação teórico-conceitual não se vê acompanhada por um corpo sociológico intenso, e permanece frequentemente capturada por leituras normativas e clínicas. Em particular, no contexto português, a produção científica sobre neurodiversidade é escassa, fragmentada e pouco articulada com tradições sociológicas consolidadas sobre identidade, estigma, desvio, medicalização e construção social da doença.

É precisamente neste hiato que o presente artigo se inscreve. Partimos de um recorte explicitamente sociológico, ainda que sentido num paradigma transdisciplinar, para a proposta de um ensaio preliminar que encare uma sociologia da neurodiversidade, analisando o fenómeno enquanto socialmente construído. A abordagem privilegia contributos clássicos e contemporâneos^{1.)} de forma a compreender como as diferenças neurológicas são transformadas em diferenças sociais, simbolicamente significadas e institucionalmente reguladas. Embora este trabalho assuma um formato ensaístico, a seleção da literatura foi parcialmente conduzida de forma sistematizada, inspirada por princípios do protocolo PRISMA, com o objetivo de reforçar a coerência e o rigor científicos do percurso da pesquisa. Dada a sua natureza interpretativa e não exaustiva, a aplicação integral do protocolo não foi necessária. Este procedimento permitiu não só identificar tendências dominantes e lacunas analíticas, bem como fundamentar a necessidade de uma leitura integrada e difrativa do fenómeno.

Numa primeira secção, apresentamos a genealogia do conceito e os seus principais deslocamentos semânticos, assim como o contributo da(s) teoria(s) sociológica(s); a posteriori, são alinhados os contextos diretos, institucionais e culturais, onde o conceito circula e é aplicado; por fim, finalizamos com os limites e potencialidades de uma sociologia da neurodiversidade, apontando, mais do que desafios, pistas para investigação futura. Os resultados desta pesquisa evidenciam que a neurodiversidade tem sido maioritariamente discutida a partir de experiências próximas à doença mental, assim como destacado por den Houting (2019), permanecendo subexplorada enquanto categoria capaz de articular processos de classificação, estigmatização, produção identitária e desigualdade estrutural. O artigo demonstra ainda que a ausência de um enquadramento sociológico sólido limita a compreensão pública do conceito e dificulta o desenvolvimento de práticas institucionais e políticas sensíveis à diversidade cognitiva.

2. Neurodiversidade, uma genealogia histórica

O conceito ilustrado emergiu no final da década de 1990 como uma alternativa crítica às leituras deficitárias das diferenças neurológicas, propondo que as condições associadas à neurodiversidade devem ser reconhecidas como “as variações naturais do genoma humano” (Correia *et al.*, 2025: 3) e não anomalias que exigem correção. Argumentamos uma reintrodução conceptual, dado que, cronologicamente, já Harvey Blume tinha atribuído esses conceitos “a uma comunidade *online* anterior de pessoas autistas” (Botha *et al.*, 2024: 2). Sem embargo, a primeira formulação explícita surge no trabalho de Judy Singer (1998), socióloga com síndrome de Asperger australiana que, no seu Doutoramento, articula o termo para referir a pluralidade neurológica enquanto fenómeno natural, social e político. A sua proposta nasce num momento de expansão reivindicativa pelos direitos das pessoas autistas, refletindo uma transição de modelos centrados na patologia para enquadramentos de tipo minoritário, inspirados em movimentos feministas, LGBTQIA+ e raciais.

^{1.)} Neste artigo privilegiámos o trabalho de pensadores como George Mead, Erving Goffman, Howard Becker, Norbert Elias, Michel Foucault e Ivan Illich, que desenvolveram teorias e as diretrizes para a compreensão daquilo que é (poderá ser) a neurodiversidade. De forma a compreender modelos e paradigmas que rompem a atualidade, uma pesquisa sobre sociólogos que têm vindo a trabalhar com estas questões, entre os quais Judy Singer, Francisco Ortega, Jessica Leveto, Gil Eyal, Damian Milton, Jason Arday, Richard Woods e Noa Miguel Simões, Michael Orsini e Robert Chapman, foi concretizada, permitindo verificar não só o panorama teórico científico do conceito, como a sua evolução enquanto objeto de estudo.

Desde então, o conceito tem adquirido um caráter popularizado, através, particularmente, de recursos como a escrita autobiográfica e as redes sociais de apoio e partilha de experiências solidificadas na internet, onde agentes diagnosticados passam a apresentar-se como identidades neurodivergentes e urgem motivações pessoais e sociais de reivindicação do direito à diferença (Elias & Scotson, 2000; Goffman, 2004; Bagatell, 2007; Fletcher-Watson *et al.*, 2019). Não se trata de recusar a lógica de normalização biomédica, mas de construir uma identidade coletiva baseada na valorização da diferença neurológica, um processo sociologicamente relevante dado que converte uma categoria naturalizada em heterogeneidade identitária, produzindo novas narrativas de pertença, resistência e reconhecimento. Atualmente, neurodiversidade é inserida no campo académico através do modelo social, que “sugere que a deficiência surge inteiramente das respostas da sociedade às “deficiências” dos indivíduos” (Dwyer, 2022: 75), comparáveis a diversidades linguísticas, culturais ou sensoriais (Kapp *et al.*, 2013; Goodley *et al.*, 2019). Embora a génese da proposta que realçamos neste artigo confronte precisamente o fenómeno com a sociologia, enquanto ciência fundamental na sua compreensão, reconhecemos que “um modelo social forte que se concentra exclusivamente na sociedade, desconsiderando a relevância das características individuais” (Dwyer, 2022: 76), é limitado do ponto de vista epistemológico.

De acordo com a caracterização de den Houting (2019), o conceito distingue três níveis interrelacionados. Primeiro, tem um sentido descritivo, que afirma a existência de diversidade neurológica nas populações. Por outro lado, é vista enquanto movimento social e modelo normativo. Simultaneamente, o conceito evoluiu para incluir tensões próprias do interacionismo simbólico. Autores como Jaarsma & Welin (2012) alertam que o paradigma pode minimizar dificuldades reais associadas a certas condições, enquanto outros defendem que a crítica deve centrar a construção de “uma cultura onde pessoas autistas e seus aliados possam assumir papéis ativos e significativos na pesquisa” (Fletcher-Watson *et al.*, 2019: 950), aplicada essencialmente nos contextos e não nos indivíduos. A literatura contemporânea mostra que não existe uma única definição consensual. A neurodiversidade pode ser tomada como diversidade natural, identidade política, diagnóstico ou como enquadramento para políticas inclusivas (Figura 1). É, neste sentido, uma categoria altamente relevante no espaço social, que circula em discursos mediáticos, práticas educativas, políticas públicas e movimentos ativistas.

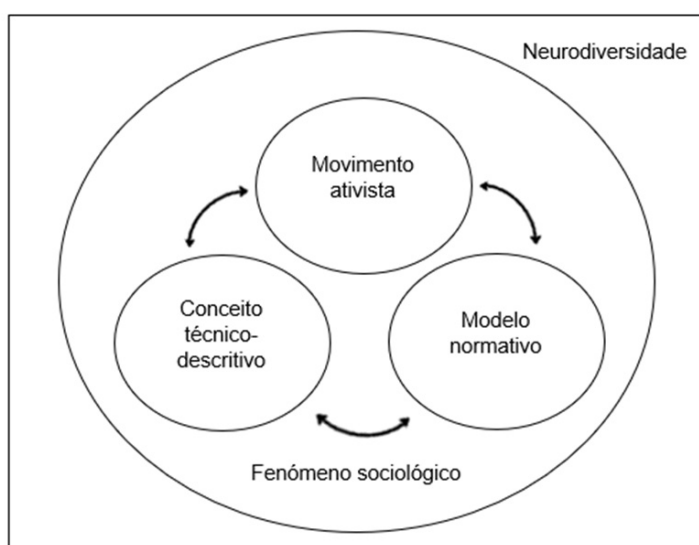


Figura 1: Paradigma multidimensional e relacional da neurodiversidade

Fonte: O Autor.

Ilustramos, por meio da Figura 1, um paradigma da neurodiversidade, composto por diferentes níveis analíticos mutuamente interligados e inseridos num prisma sociológico. Durante vários anos, questões do foro mental que hoje abraçamos enquanto neurodiversidade, introduziam um conceito técnico-descritivo, que recorria à “linguagem utilizada para descrever um tema” (Woods, 2017: 1091), proveniente, particularmente das ciências naturais. Neste contexto, a neurodiversidade é, originalmente tida enquanto movimento ativista (den Houting, 2019; Dwyer, 2022; Grummt, 2023; Botha *et al.*, 2024), centrado na reivindicação de direitos, reconhecimento e autodeterminação dos indivíduos neurodivergentes. O movimento constitui simultaneamente uma resposta às dinâmicas sociais de estigmatização e um agente ativo na transformação de discursos científicos e práticas institucionais. Por fim, configuramos também um modelo normativo, que defende o reconhecimento e a acomodação social da diferença. Este nível traduz, por exemplo, orientações éticas, políticas e institucionais que desafiam “os processos de biomedicalização [...] situados nos setores político-económico e sociocultural em expansão” (Leveto, 2018: 7), propondo uma abordagem baseada na inclusão, na justiça e na adaptação dos contextos sociais às diferentes formas de funcionamento humano.

A representação das setas sublinha o caráter dinâmico, não-linear e constitutivo das dimensões identificadas, evidenciando a construção de um processo contínuo de interação entre descrição científica, mobilização coletiva e normatividade. Não obstante, é pertinente realçar a pertinência de aprofundamento destas dinâmicas em pesquisas futuras, com vista a construir uma base teórica sólida e robusta que abrace o quadro da sociologia da neurodiversidade.

A partir desta trifeta dimensional, afirmamos a neurodiversidade como um fenómeno verdadeiramente sociológico, na medida em que as diferenças neurológicas passam a ser socialmente interpretadas, classificadas e reguladas. Este nível remete para os processos através dos quais os agentes, inscritos em categorias sociais, identidades, dispositivos institucionais e relações de poder, sofrem efeitos concretos na sua vida social. Destacamos a sociologia como alma explicativa do modelo, uma vez que, enquanto ciência fundamental, opera “diferentes perspetivas necessárias para gerar novas ideias e avanços, sejam eles tecnológicos, culturais, artísticos ou de outra natureza” (Botha *et al.*, 2024: 2), circulando nos discursos públicos, nas instituições, nos dispositivos de saúde e educação e nas interações quotidianas. A forma como estas perspetivas são interpretadas está profundamente associada a transformações estruturais na saúde, como a expansão radical de diagnósticos, a medicalização rotineira, em que a “saúde mental é provavelmente o aspeto mais medicalizado da vida humana” (Maturó, 2012: 126), a mediatização da doença mental, a promiscuidade das relações sociais e a redefinição das fronteiras do que é aceitável. De forma a salientar este argumento, temos em consideração que as questões da neurodiversidade, quando introduzidas, por exemplo, no campo jornalístico, podem fomentar um rótulo simultaneamente libertador e constritivo, servindo para ampliar o reconhecimento da diferença ou intensificar mecanismos de controlo social.

3. A construção social da neurodiversidade

Desmistificar este novo panorama disciplinar implica pensar a neurodiversidade enquanto fenómeno socialmente construído. Implica reconhecer não só o ponto de partida de classificação biológica a que os agentes são sujeitos, mas, efetivamente, que “a mudança social cria novas categorias de pessoas” (Hacking, 2006: 161), que são culturalmente produzidas e continuamente negociadas nas interações, nas instituições e nos discursos

públicos. Defendemos, além de uma perspetiva meramente bioquímica ou neurológica, a existência de um produto formado na sociedade, que o interpreta, classifica e atribui significados distintos, e que sofre efeitos visíveis e duradouros. A perspetiva aqui adotada está inscrita na tradição do interacionismo simbólico, para a qual as identidades não são atributos fixos dos indivíduos, mas resultados processuais da interação social. Desde Mead (1934), a constituição do *self* depende da interiorização de expectativas sociais e da resposta reflexiva aos outros significativos. A neurodiversidade, nesta aceção, emerge como um campo privilegiado para observar como determinadas diferenças cognitivas se tornam socialmente relevantes, sendo interpretadas, avaliadas e integradas — ou então rejeitadas — nos quadros normativos que estruturam a vida social.

A produção social da diferença na saúde mental está acoplada a processos históricos de medicalização, nos quais determinados comportamentos se encontram, atual e progressivamente, a ser interpretados como sintomas, desvios e indicadores patológicos. Autores como Peter Conrad (1992) são fulcrais para compreender como esta expansão de diagnósticos e terminologias transformou categorias clínicas baseadas em explicações biomédicas para fenómenos heterogéneos, socioculturais, que moldam e são moldados por representações sociais daquilo que se estima como normal e, particularmente, como comportamento desviante (Becker, 2008). No caso específico da neurodiversidade, a forma, muitas vezes desapropriada e iliterata, como o autismo, o transtorno de défice de atenção, a dislexia, a síndrome de asperger e outras condições inseridas neste grupo, são incorporadas em sistemas estigmatizantes que definem fronteiras entre típico e atípico, funcional e desadaptado, é evidente.

Estes processos de classificação podem ser lidos à luz das contribuições clássicas de Goffman (2004) e Becker (2008), para quem o desvio não reside nos atributos individuais, mas nos processos sociais de definição, rotulação e reação. Tal como Goffman demonstrou, diferenças potencialmente neutras tornam-se marcas identitárias depreciadas quando enquadradas por convenções normativas que definem o comportamento típico. Becker, por sua vez, permite compreender como a atribuição de rótulos institui carreiras desviantes e delimita pertenças legítimas e ilegítimas, dinâmica particularmente visível nas experiências de indivíduos neurodivergentes em contextos escolares, profissionais e institucionais.

A produção social da neurodiversidade articula ainda processos mais amplos de normalização e governação dos corpos e das condutas. Os estudos sobre o poder disciplinar e a medicalização da diferença (Foucault, 1988; 2009) permitem compreender como saberes especializados produzem regimes de verdade que legitimam intervenções sobre o comportamento, redefinindo fronteiras entre o normal e o patológico. Em diálogo crítico, Illich (1975) alertou para os efeitos paradoxais da institucionalização da saúde, mostrando como a expansão do olhar médico pode gerar novas formas de dependência e despossessão simbólica. A neurodiversidade emerge, assim, num campo tensionado entre reconhecimento, cuidado e controlo social.

Concomitantemente, a construção social da realidade, de acordo com Berger & Luckmann (2004), envolve também a apropriação cultural dos objetos de estudo em espaços digitais, mediáticos e comunitários. A circulação de narrativas sobre cérebros diferentes, comportamentos desviantes e neurodivergências contribui, muito possivelmente, para a criação de (novas) identidades e formas de pertença e reconhecimento, parcialmente desvinculadas da linguagem médica. Tendo em conta os últimos vinte anos, literaturas recentes têm procurado demonstrar que indivíduos neurodivergentes criam, *online* e *offline*,

e muito associado ao movimento social que referimos no ponto anterior, comunidades onde se relatam narrativas, contestam estigmas, reinterpretam rótulos e produzem versões alternativas de si mesmos (Nicolaidis, 2012; Davidson & Orsini, 2013; Runswick-Cole, 2014; Woods, 2017). A neurodiversidade torna-se, assim, um campo de disputa simbólica em que diferentes grupos procuram impor narrativas sobre o que conta como diferença legítima, ameaça, deficiência, talento ou identidade.

A sociologia, neste ponto, “forneceu as ferramentas conceptuais” (Lewis & Arday, 2023: 1300) essenciais para compreender como identidades emergem, são negociadas e, por vezes, estigmatizadas. Algo crítico que não podemos deixar de fora do debate é a utilização de linguagem “subjéctiva, carregada de valores e não científica” (Dwyer, 2022: 77), em que o ser rotulado como “autista”, “deficiente mental”, “disléxico” ou “limitado”, como acontece na aprendizagem pelo modelo médico, pode estabelecer fronteiras rígidas que delimitam expectativas sobre o comportamento dos agentes sociais. Estes rótulos, de acordo com Goffman (2004), emergem como parte das trajetórias biográficas de cada um e influenciam a forma como nos percebemos e somos percebidos pelos outros.

A perspetiva processual de Norbert Elias permite ainda compreender a neurodiversidade no quadro mais amplo dos processos civilizacionais, onde padrões de autocontrolo, desempenho e regulação emocional se tornam progressivamente exigentes (Elias, 2000). Neste contexto, certas expressões cognitivas ou comportamentais são toleradas apenas quando associadas a posições de exceção, como o génio artístico (Elias, 1993) ou científico, enquanto outras são rigidamente sancionadas. Esta assimetria revela como a diferença é avaliada relacionalmente, em função de hierarquias sociais, de género e de capital simbólico.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo revela que a neurodiversidade é um fenómeno complexo, situado na confluência entre ciência, cultura, instituições e identidades. A sua capacidade enquanto movimento público coloca questões fundamentais sobre como a sociedade contemporânea interpreta e estrutura a diferença social humana. A sociologia tem aqui um papel incontornável. Por um lado, fornece o quadro analítico para compreender a produção social do desvio, do estigma e das identidades (Barros & Guerra, 2021). Por outro, ilumina os processos institucionais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A urgência de compreender este quadro está relacionada com vários fatores:

- o aumento global de diagnósticos que, segundo dados da OCDE (2024), não pode ser explicado apenas por mudanças clínicas. Está associado a transformações culturais, mediáticas e institucionais que ampliam a visibilidade da neurodivergência (Eyal *et al.*, 2010);
- uma crescente sensibilização para a saúde mental, onde noções de normalidade são amplamente renegociadas e a medicalização da vida quotidiana atinge novos domínios;
- a necessidade de um campo identitário emergente que desafia classificações tradicionais e reivindica reconhecimento. Tal como nos informa a literatura sobre movimentos minoritários (Singer, 1998; Elias & Scotson, 2000; Goffman, 2004; Becker, 2008), estas identidades produzem novas formas de ação coletiva e criam contra-narrativas;

- a investigação temática permanece escassa, fragmentada e insuficientemente articulada com debates territoriais. A ausência de dados robustos sobre representações sociais, experiências institucionais e desigualdades associadas à neurodivergência constitui uma lacuna científica relevante e um obstáculo para a formulação de políticas públicas eficazes.

Paralelamente, a emergência de uma sociologia da neurodiversidade coloca também desafios metodológicos específicos. A forte carga simbólica associada ao conceito, bem como a polarização do debate público em torno da saúde mental, exige dispositivos de investigação capazes de captar ambivalências, contradições e processos de rotulação subtil. Diferenças que poderiam ser socialmente neutras tornam-se marcas identitárias profundamente depreciadas quando enquadradas por convenções normativas que definem o comportamento típico. Uma abordagem sociológica rigorosa deve, por isso, combinar métodos qualitativos e quantitativos e manter uma postura reflexiva sobre o papel do investigador na produção do conhecimento.

A urgência retratada não é apenas epistemológica. É também política, social e ética. Compreender a neurodiversidade significa compreender como a sociedade define o que é típico, como gere a diferença e como decide quem merece reconhecimento, apoio e inclusão. As interações ocorrem num campo marcado por pulsões e representações, que “devem sua intensidade e sua exclusividade a súbitas depreciações do eu e do material disponível como elemento de construção de uma identidade futura” (Elias & Scotson, 2000: 189), em que as categorias diagnósticas funcionam simultaneamente como instrumentos de reconhecimento e como marcadores de alteridade. Neste processo, “as instabilidades resultantes na interação podem ter um efeito muito profundo sobre os que recebem o papel de estigmatizado” (Goffman, 2004: 117), construído a partir de atributos considerados socialmente desviantes ou indesejáveis. Para muitos indivíduos neurodivergentes, a apresentação de si implica gerir expectativas normativas, antecipar reações negativas e adaptar comportamentos para minimizar riscos de desvalorização social. Este trabalho é mais intenso em contextos onde existam normas de desempenho rígidas, como a escola, o mercado de trabalho ou ambientes familiares e de *stakeholders* pouco informados sobre neurodiversidade.

Quando observamos empiricamente como o desvio funciona, somos transportados para princípios interacionistas, “uma consequência quase inevitável de submetermos nossas teorias do desvio à correção da observação atenta das coisas de que elas pretendem tratar” (Becker, 2008: 192), compreendendo-se que o desvio não está na pessoa, mas nas interações, nos processos de rotulagem e nas definições sociais do que é normal ou desviante. Recorrendo à Figura 1, realçamos que as categorias neurológicas não são meras descrições objetivas do funcionamento cognitivo. São produtos sociais contingentes, resultado de disputas sobre significado, poder, normalidade e reconhecimento, enquadrados na normatividade social. A neurodiversidade funciona, neste sentido, como um prisma de observação em que a sociedade contemporânea gere a alteridade, regula comportamentos e define que vidas são consideradas plenamente humanas, produtivas e dignas.

4. A presença da neurodiversidade na educação, na saúde e na política

O estudo da neurodiversidade na sociologia, isto é, compreender a emergência de uma nova área disciplinar enquanto campo social, político e cultural, é também manifestado no contexto institucional. Não nos referimos apenas a “uma simples associação de grupos adjacentes, pais por um lado e profissionais por outro” (Eyal et al., 2010: 170), mas um corpo complexo e heterogêneo que envolve escolas, serviços de saúde, ambientes de trabalho, família e grupos de apoio que participam na definição e respetiva acomodação de quem é reconhecido como neurodivergente. Esta variação contextual tem objetivado a inclusão social por meio de programas de apoio e políticas públicas^{2.)} que moldam as oportunidades de formar agentes com um papel ativo e necessário na sociedade contemporânea.

Paradoxalmente, o reconhecimento institucional da neurodiversidade continua, em muitos contextos, dependente de diagnósticos clínicos que funcionam como dispositivos de acesso a direitos, apoios e adaptações institucionais. Esta dependência remete para dinâmicas já analisadas na sociologia das instituições totais e da saúde mental. A sociologia da neurodiversidade enfrenta, assim, o desafio de analisar criticamente estas classificações sem ignorar o seu papel central na estruturação das oportunidades sociais. Acresce ainda o risco de homogeneização de experiências profundamente diversas. A neurodiversidade tende a agrupar realidades muito distintas, podendo obscurecer desigualdades internas significativas. Como sublinha Madureira Pinto (1992), as identidades sociais são sempre produzidas na articulação entre classificações institucionais, interações sociais e posições estruturais. Ignorar esta dimensão relacional e interseccional pode conduzir a leituras essencialistas que ocultam o peso da classe social, do género, do território e do capital cultural na experiência com a neurodivergência.

Como argumentam Ortega (2009) e Runswick-Cole (2014), as instituições desempenham um papel central não só na classificação das diferenças neurológicas, mas também na produção de desigualdades, especialmente quando a inclusão assume formas superficiais que escondem expectativas normativas rígidas. A visibilidade institucional na neurodiversidade que nos propomos interpretar desempenha um papel central na definição, legitimação e gestão das diferenças equacionadas. Longe de serem meros espaços neutros de intervenção, funcionam como arenas onde se negociam expectativas normativas e identidades são produzidas e organizadas.

No campo educativo, a neurodiversidade tende a ser traduzida em categorias administrativas e pedagógicas, como necessidades educativas especiais, adaptações curriculares ou programas educativos individualizados. Estas categorias não são neutras: ao mesmo tempo que viabilizam recursos, “intervenções educacionais” (Reis et al., 2024: 16065) e respostas institucionais, contribuem para a produção de identidades escolares

^{2.)} Programas de apoio incluem, por exemplo, o *Erasmus+ and the European Solidarity Corps*; o *Creative Europe Programme* e o *Citizenship, Equality, Rights and Values Programme*; Por sua vez, destacamos as seguintes políticas públicas: *Union of equality: Strategy for the rights of persons with disabilities 2021- 2030*; *Common Provisions Regulation*; *EU's Action Plan on Human Rights and Democracy 2020-2024*.

diferenciadas, frequentemente “fundadas e fundamentadas em exclusões racistas, classistas e capacitistas em nome de hierarquias de excelência” (Lewis & Arday, 2023: 1302), valorizando agentes neurotípicos que promovem o sucesso institucional perante a sociedade. Práticas avaliativas padronizadas, currículos uniformizados e concepções restritivas de comportamento típico operam como mecanismos quotidianos de diferenciação e exclusão simbólica. Crianças neurodivergentes tendem a ser interpretadas como desviantes face à norma escolar, mais do que como expressão legítima de heterogeneidade cognitiva. A literatura mostra que, mesmo em contextos formalmente inclusivos, crianças neurodivergentes são frequentemente alvo de processos subtis de estigmatização, seja através da segregação cultural, da vigilância acrescida ou da antecipação de dificuldades comportamentais e académicas (Jaarsma & Welin, 2012; Davidson & Orsini, 2013; Milton, 2014; Leveto, 2018; Dwyer, 2022; Grummt, 2023) . Os docentes e os auxiliares, ainda que enquadrados por políticas inclusivas e programas de apoio, revelam frequentemente pouca preparação na formação e na preparação para lidar com a diversidade cognitiva (Autor, 2025), reproduzindo, muitas vezes de forma involuntária, classificações e expectativas que reforçam possíveis desequilíbrios.

No domínio da saúde, os serviços clínicos constituem um dos principais mecanismos de legitimação da diferença neurológica. Os diagnósticos funcionam simultaneamente como fontes de reconhecimento e como instrumentos de controlo, “avaliados juntos num contexto de saúde interdisciplinar, com uma avaliação cuidadosa das necessidades educativas e de desenvolvimento e intervenção precoce” (Thapar *et al.*, 2016: 11), reproduzindo modelos normativos de funcionamento cognitivo. A fragmentação dos serviços, a variabilidade nos níveis de literacia em saúde mental e a escassez de abordagens centradas na sociedade reforçam tensões entre perspetivas biomédicas e provenientes das ciências sociais. Em Portugal, os serviços de saúde seguem “um modelo descentralizado e hierarquizado” (OCDE, 2024: 25) e, particularmente na área da saúde mental, enfrentam limites que afetam especialmente grupos neurodivergentes adultos, frequentemente invisibilizados nas redes de apoio. A formação “tende a focar-se em crianças, autistas com mais necessidades de suporte” (Serra *et al.*, 2023: 28) e, neste sentido, assistimos a uma certa ausência de ajustamentos razoáveis, aliada, possivelmente, a uma forte normatividade organizacional, que cria dinâmicas de exclusão subtil, frequentemente mascaradas por políticas formais de inclusão.

O Estado, por meio da implementação de políticas públicas, por sua vez, opera como dispositivo que enquadra e regula a neurodiversidade no campo social. De acordo com a Comissão Europeia (2021), são vários os documentos estratégicos, inclusive indicados neste documento, que salientam a necessidade de promoção de acessibilidade, inclusão e o combate ao estigma. Contudo, a literatura tem mostrado que estas políticas são frequentemente implementadas de forma a “justificar a redistribuição – ou cortes – de benefícios e serviços sociais” (Goodley *et al.*, 2019: 983), carecendo de orientação sociológica capaz de problematizar as raízes culturais da doença mental e os mecanismos institucionais que perpetuam as desigualdades.

Importa destacar que a escolha destes três domínios institucionais não decorre da irrelevância de outras esferas da vida social, como a família, o trabalho, a economia ou a cultura, mas do papel estruturante que estes campos desempenham na produção, legitimação e regulação das diferenças sociais. É nestes contextos (Figura 2) que a neurodiversidade se torna oficialmente reconhecível, traduzida em categorias formais, diagnósticos, direitos e medidas de intervenção, produzindo efeitos diretos nas trajetórias

biográficas dos indivíduos. Outras dimensões da vida social, nomeadamente o cuidado e as dinâmicas familiares, o mercado de trabalho e as questões económicas, as relações de género, as expressões culturais e artísticas e as heranças decoloniais são aprofundadas no ponto seguinte, onde se exploram os desafios emergentes a esta proposta. Assim, ao privilegiar educação, saúde e política, revelamos os núcleos institucionais onde a neurodiversidade é mais nomeada, governada e socialmente ativa, sem perder de vista a sua inscrição mais ampla no tecido social.

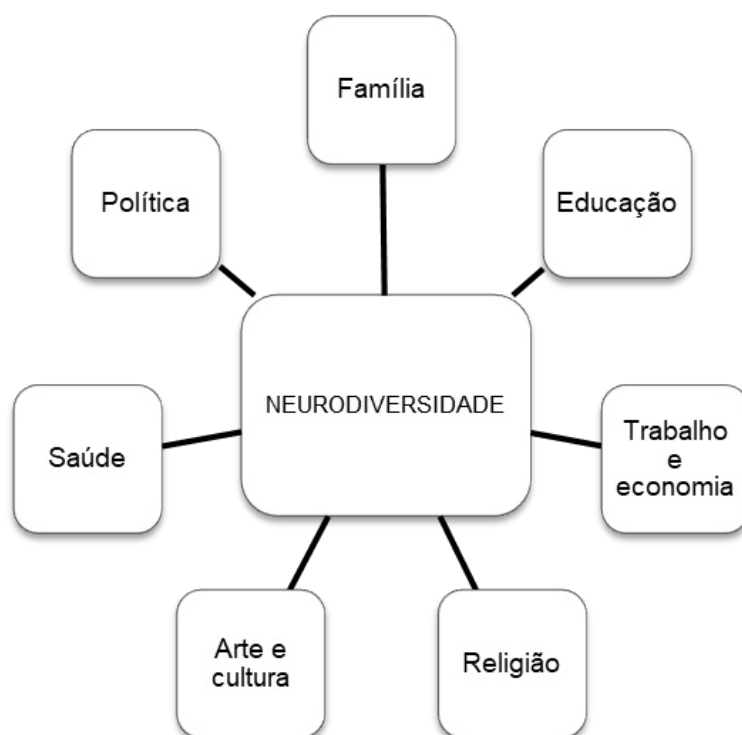


Figura 2: Presença da neurodiversidade nas esferas do tecido social

Fonte: O Autor.

É neste aglomerado que as instituições deixam de ser encaradas apenas como contextos de apoio, passando a constituir possíveis espaços de produção de conhecimento quotidiano e científico. É nos setores identificados que se definem limites de inclusão, se materializam relações de poder e se moldam, de formas distintas, as experiências diárias dos indivíduos. Investigar estas dinâmicas, articulando dimensões micro e macro da vida social, constitui um dos contributos centrais que a sociologia pode oferecer aos estudos sobre neurodiversidade. As tensões entre discursos inclusivos e práticas efetivamente excludentes revelam, assim, um desafio que ultrapassa o plano técnico ou de reconhecimento, assumindo uma questão profundamente social.

5. Em direção a novos futuros

Apesar de reconhecermos o interesse académico e científico em torno da neurodiversidade, persistem dimensões centrais da experiência social que permanecem pouco exploradas. Ao afirmar uma sociologia da neurodiversidade, pretendemos afirmar um campo analítico robusto, isto é, integrar novos eixos de problematização que permitam compreender a complexidade das trajetórias neurodivergentes para além das categorias diagnósticas e de discursos inclusivos formais.

Um primeiro desafio analítico emerge em torno da questão do cuidado. Historicamente, a gestão da diferença cognitiva foi largamente assegurada por redes familiares, comunitárias e informais, onde o cuidado se encontrava profundamente naturalizado, invisibilizado e atravessado por assimetrias de género. Longe de constituir uma prática neutra, o cuidado integrou, durante décadas, a esfera privada, sendo desprovido de reconhecimento social enquanto trabalho relacional, moral e político. Estudos sobre o cuidado, como Tronto (2013) ou até Federici (2017), têm demonstrado de forma consistente como estas tarefas foram socialmente atribuídas às mulheres, reproduzindo desigualdades estruturais tanto no plano doméstico como institucional. Na contemporaneidade, assistimos à institucionalização crescente do cuidado, particularmente através da escola, dos serviços de saúde e da ação social. Contudo, esta transição não elimina as tensões subjacentes. O reconhecimento formal da neurodiversidade coexiste com exigências reforçadas de desempenho, autonomia e autorregulação, sobretudo em contextos educativos, onde discursos inclusivos se articulam com dispositivos avaliativos padronizados. Como demonstram Allan & Slee (2008), estas práticas tendem a produzir novas formas de exclusão, frequentemente mais subtis, revelando a coexistência paradoxal entre políticas de inclusão e regimes normativos de normalidade. O cuidado surge, simultaneamente, reconhecido e condicionado, expondo contradições estruturais entre princípios igualitários e práticas institucionais.

Um segundo eixo fundamental e previamente identificado neste artigo remete para a interseccionalidade. As experiências da neurodiversidade não se distribuem de forma homogénea no espaço público, sendo profundamente moldadas por variáveis como classe social, etnia e origem migrante. O acesso ao diagnóstico, ao acompanhamento especializado e a dispositivos de apoio depende fortemente da distribuição desigual de capitais económicos, culturais e sociais, contribuindo para a reprodução de desigualdades estruturais (Davidson & Orsini, 2013; Lai *et al.*, 2015). Em contextos socialmente desfavorecidos, a diferença neurológica tende a ser interpretada através de categorias morais como indisciplina, desvio ou fracasso escolar, intensificando processos de rotulação e estigmatização (Becker, 2008). A ausência de uma perspetiva interseccional limita, deste modo, a compreensão das formas diferenciadas de exclusão que atravessam os sujeitos neurodivergentes e que moldam os seus quotidianos.

A dimensão de género constitui igualmente um desafio sociológico incontornável. A investigação tem demonstrado que os critérios diagnósticos e as representações dominantes da neurodiversidade foram historicamente construídos a partir de padrões masculinos, contribuindo para a invisibilização e subdiagnósticação de jovens neurodivergentes (Kapp *et al.*, 2013; Lai *et al.*, 2015). Paralelamente, reforçamos uma associação com o cuidado, que continua a ser maioritariamente assumido por mulheres, tanto no espaço doméstico como nas instituições, reforçando hierarquias de género persistentes (Tronto, 2013). Estas dinâmicas evidenciam como a produção científica e as práticas sociais não descrevem apenas a diferença, mas participam ativamente na reprodução de desigualdades simbólicas e materiais.

Num plano mais amplo, impõe-se a necessidade de reconfiguração de um possível carácter decolonial. Antes do modelo biomédico moderno estabelecer raízes, diferenças cognitivas e comportamentais eram frequentemente interpretadas através de registos espirituais, religiosos ou simbólicos, sobretudo em sociedades não ocidentais. A patologização moderna da diferença pode ser compreendida como parte de um processo diacrónico de imposição de regimes normativos de racionalidade, que deslegitimaram saberes alternativos e formas não hegemónicas de compreender o corpo e a mente (Foucault, 2009). Como demonstra Federici (2017), a modernidade ocidental perseguiu sistematicamente conhecimentos associados ao feminino, ao corporal, ao espiritual e ao desviante, oferecendo pistas fundamentais para pensar a neurodiversidade enquanto fenómeno inscrito em relações globais de poder e numa geopolítica do saber.

Um dos horizontes analíticos mais promissores para o desenvolvimento dos estudos sobre neurodiversidade reside na sua articulação com as transformações tecnológicas contemporâneas. As plataformas digitais, os dispositivos de mediação algorítmica e os regimes de trabalho tecnologicamente mediados não apenas reconfiguram formas de comunicação, sociabilidade e produção cultural, como também redefinem critérios de normalidade, desempenho e adaptabilidade social. Para muitos agentes, os ambientes digitais podem constituir espaços de reconhecimento, expressão e pertença. Para outros, é possível que se tornem novos dispositivos de exclusão, vigilância ou intensificação de exigências normativas. Investigar a neurodiversidade à luz dos avanços tecnológicos implica analisar de que modo os artefactos técnicos incorporam pressupostos cognitivos específicos, reproduzem desigualdades sociais e participam ativamente na construção contemporânea da diferença.

Um outro eixo incontornável diz respeito ao mercado laboral e questões económicas. O acesso e permanência no trabalho e a estrutura financeira dos atores permanecem marcadas por profundas assimetrias. Apesar da crescente retórica em torno da diversidade e da inclusão, persistem modelos organizacionais rigidamente ancorados em normas de produtividade, comunicação, desempenho e autorregulação emocional que privilegiam perfis neurotípicos. A neurodiversidade é frequentemente tolerada apenas quando enquadrada em nichos de excecionalidade, sendo pertinente investigar de que modo o quotidiano laboral é marcado por precariedade, desemprego prolongado, subemprego ou dependência de regimes assistenciais, revelando como as desigualdades económicas se entrecruzam com processos de estigmatização simbólica e exclusão institucional. Este horizonte está perfeitamente alinhado com situações de vulnerabilidade socioeconómica, pouco exploradas em relação ao seu impacto na construção social da neurodiversidade.

Por fim, a relação entre neurodiversidade e arte abre um campo particularmente fértil para análise sociológica. A recorrente associação entre genialidade e desvio, cristalizada na figura popular do “génio louco”, revela uma tolerância seletiva face à diferença cognitiva. Certas formas de desvio tornam-se socialmente aceitáveis quando associadas à excecionalidade artística, enquanto outras permanecem rigidamente estigmatizadas (Becker, 2008). A análise de Norbert Elias (1993) sobre Mozart permite compreender como o reconhecimento social da diferença depende das posições ocupadas nos campos artísticos e das relações de poder que os estruturam, evidenciando que a aceitação da neurodiversidade é profundamente desigual, contingente e socialmente condicionada.

Estes desafios, no seu conjunto (Figura 3), apontam para a necessidade de uma sociologia que ultrapasse abordagens descritivas ou normativas e que integre análises críticas sobre

cuidado, desigualdade, poder, decolonialidade e produção artística/cultural. Por meio destes debruçamentos, o campo traçado pode contribuir para a compreensão científica da diferença neurológica, para o debate público e para o desenvolvimento de práticas institucionais mais reflexivas e socialmente equitativas. Reconhecer estes limites não enfraquece a proposta aqui presente. Se tanto, reforça a sua credibilidade científica. Ao assumir a complexidade, a ambiguidade e os riscos associados à consolidação deste campo emergente, a sociologia contribui de forma crítica para a compreensão das transformações contemporâneas na forma como a diferença neurológica é interpretada, regulada e vivida na sociedade.



Figura 3: Desafios emergentes nos estudos sociológicos sobre neurodiversidade

Fonte: O Autor.

6. Conclusões

Pensar numa nova ramificação da sociologia não é um trabalho simples e requer, essencialmente, a redefinição do papel do sociólogo na compreensão e intervenção das complexidades sociais. A neurodiversidade, tal como discutida ao longo deste artigo, deve ser compreendida como um fenómeno socialmente construído que envolve processos de classificação, identidades emergentes, negociações institucionais e disputas simbólicas. Longe de ser apenas um conceito biomédico, é uma categoria cultural que revela como as sociedades contemporâneas produzem a diferença e organizam a inclusão. A sociologia oferece instrumentos teóricos essenciais para compreender estas dinâmicas, destacando que a diferença neurológica é inseparável dos contextos sociais que a interpretam, regulam e dão forma. Os contributos de Erving Goffman, Howard Becker, Norbert Elias e, no contexto nacional, José Madureira Pinto, sobre comportamento desviante, estigma e produção identitária, articulados com literatura específica sobre neurodiversidade, permitem mapear o modo como o estigma, o rótulo e processos identitários moldam as experiências e as representações sociais.

Por sua vez, o contexto desempenha um papel decisivo na amplificação ou mitigação das desigualdades associadas às diferenças neurológicas. A análise das práticas educativas, de saúde, laborais, políticas e até religiosas, económicas e familiares evidencia a tensão estrutural entre discursos inclusivos e barreiras persistentes, que limitam a participação plena dos atores sociais. Este artigo procurou demonstrar a necessidade de aprofundar o estudo sociológico da neurodiversidade, onde o conhecimento permanece insuficiente e a resposta institucional continua focada, predominantemente, em lógicas biomédicas e inatas. Investigações futuras devem explorar e descrever, de forma detalhada, as representações sociais, interações quotidianas e ferramentas institucionais que moldam a neurodivergência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, informada e justa. A neurodiversidade é, além de um conjunto de diagnósticos cognitivos, um campo privilegiado para compreender os modos como as sociedades decidem quem pertence, quem é reconhecido e quem continua a ser mantido nas margens da normalidade.

Para a sociologia, esta transformação é significativa, dado que desloca a atenção da dimensão clínica para os mecanismos sociais que definem a normalidade, regulam comportamentos e organizam expectativas. A Figura 1 permite, assim, sintetizar analiticamente o argumento desenvolvido ao longo deste artigo, ao representar a neurodiversidade como um paradigma multidimensional e relacional, constituído por níveis interdependentes que se coproduzem. Longe de se tratar de uma progressão linear — de conceito técnico-descritivo a fenómeno sociológico —, a figura evidencia um processo dinâmico no qual descrições científicas, classificações institucionais, mobilizações identitárias e orientações normativas se influenciam mutuamente. A neurodiversidade deixa de ser apenas uma característica individual e passa a ser um campo de disputas simbólicas sobre o valor da diferença, a legitimidade do diagnóstico e o reconhecimento social, abrindo espaço para uma heterogeneidade identitária emergente e para tensões entre medicalização, emancipação e participação cívica.

A proposta de pensar a neurodiversidade como objeto sociológico autónomo coloca desafios conceptuais e epistemológicos que importa reconhecer desde logo. Trata-se de um conceito recente, heterogéneo e ainda instável, atravessado por discursos científicos, ativistas, institucionais e mediáticos que nem sempre convergem. Tal como demonstrado por Hacking (2006), as categorias que emergem na interseção entre ciência e vida social não descrevem apenas realidades pré-existentes, mas participam ativamente na sua constituição, produzindo novos modos de identificação e pertença. Neste sentido, a constituição de uma “sociologia da neurodiversidade” exige cautela analítica para evitar a reificação de categorias que permanecem em disputa.

Um dos principais riscos associados a este campo emergente reside na aproximação acrítica entre investigação sociológica e discursos normativos ou militantes. Embora os movimentos de afirmação tenham desempenhado um papel central na contestação de modelos estritamente patologizantes e na reivindicação de reconhecimento social (Kapp *et al.*, 2013; Milton, 2014), a análise sociológica não pode confundir descrição com prescrição. Como alertam pensadores da sociologia do desvio, como é o caso de Howard Becker (2008), a produção científica deve manter distância analítica face às categorias morais que estruturam os discursos públicos, analisando os seus efeitos sociais sem os reproduzir acriticamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allan, J., & Slee, R. (2008). *Doing inclusive education research*. Sense Publishers.
- Bagatell, N. (2007). Orchestrating voices: Autism, identity and the power of discourse. *Disability & Society*, 22(4), 413–426.
- Barros, L. E. V.; Cappelle, M. C. A. & Guerra, P. (2019). Symbolic Interactionism and Career Outsider: A Theoretical Perspective for Career Study. *REAd - Revista Eletrônica de Administração* | Porto Alegre, 25 (1), 26-48.
- Barros, C. & Guerra, P. (2021). Carreira outsider: um estudo sobre o processo de rotulação da carreira de músico. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. RECADM | IBEPES | Curitiba-PR, Brasil*, 20 (1), 194-225.
- Becker, H. (2008). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Editora Zahar Rio de Janeiro.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.
- Bola, J. (2025) *Literacia em Saúde Mental: Um olhar sociológico sobre a detecção e prevenção precoce de patologias mentais* [Master's thesis]. Universidade do Porto.
- Botha, M., Chapman, R., Onaiwu, M., Kapp, S., Ashley, A. & Walker, N. (2024). The neurodiversity concept was developed collectively: An overdue correction on the origins of neurodiversity theory. *Autism*, 28(6), 1591-1594.
- Comissão Europeia. (2021). *Union of equality: Strategy for the rights of persons with disabilities 2021-2030*. Communication from the commission to the European parliament, the council, the European economic and social committee of the regions.
- Conrad, P. (1992). Medicalization and Social Control. *Annual Review of Sociology*, 18, 209-232.
- Correia, R., Barbosa, F., Cunha, J., & Dall-Orsoletta, A. (2025). The socio-professional integration of neurodivergent people and its social value: a case study in Portugal. *Social Enterprise Journal*. <https://doi.org/10.1108/SEJ-06-2024-0106>.
- Davidson, J. & Orsini, M. (Eds.). (2013). *Worlds of autism: Across the spectrum of neurological difference*. University of Minnesota Press.
- den Houting, J. (2019). Neurodiversity: An insider's perspective. *Autism*, 23(2), 271–273. <https://doi.org/10.1177/1362361318820762>.
- Dwyer, P. (2022). The Neurodiversity Approach(es): What Are They and What Do They Mean for Researchers? *Human Development*, 66, 73-92.
- Elias, N. (1993). *Mozart: Sociologia de um génio*. Jorge Zahar.
- Elias, N., & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Zahar Ed.

- Eyal, G., Hart, B., Onculer, E., Oren, N. & Rossi, N. (2010). *The Autism Matrix: The Social Origins of the Autism Epidemic*. Polity.
- Federici, S. (2017). *Caliban and the witch: Women, the body and primitive accumulation*. Autonomedia.
- Fletcher-Watson, S. et al. (2019). Making the future together: Shaping autism research through meaningful participation. *Autism*, 23(4), 943–953.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Gallimard.
- Foucault, M. (2009). *História da loucura na idade clássica*. Perspectiva.
- Goffman, E. (2004). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Editora LTC.
- Goodley, D., Lawthom, R., Liddiard, K. & Runswick-Cole, K. (2019). Provocations for Critical Disability Studies. *Disability & Society*, 34(6), 972-997.
- Grummt, M. (2023). Sociocultural perspectives on neurodiversity—An analysis, interpretation and synthesis of the basic terms, discourses and theoretical positions. *Sociology Compass*, 18(8). <https://doi.org/10.1111/soc4.13249>.
- Hacking, I. (2006). *Making up people*. London Review of Books, pp.161–171.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: Némesis da medicina*. Nova Fronteira.
- Jaarsma, P., & Welin, S. (2012). Autism as a natural human variation: Reflections on the claims of the neurodiversity movement. *Health Care Analysis*, 20(1), 20–30.
- Kapp, S., Gillespie-Lynch, K., Sherman, L. & Hutman, T. (2013). Deficit, Difference, or Both? Autism and Neurodiversity. *Developmental Psychology*, 49(1), 59–71.
- Lai, M.-C., Lombardo, M. V., Auyeung, B., Chakrabarti, B., & Baron-Cohen, S. (2015). Sex/gender differences and autism. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 54(1), 11–24.
- Leveto, J. (2018). Toward a sociology of autism and neurodiversity. *Sociology Compass*, 12(12). <https://doi.org/10.1111/soc4.12636>.
- Lewis, C. & Arday, J. (2023). We'll see things they'll never see: Sociological reflections on race, neurodiversity and higher education. *The Sociological Review*, 71(6), 1299-1321.
- Madureira Pinto, J. (1991) Considerações sobre a Produção Social de Identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (32), 217-231.
- Maturo A. (2012). Medicalization: Current Concept and Future Directions in a Bionic Society. *Mens Sana Monogr*, 10(1), 122-133. <https://doi.org/10.4103/0973-1229.91587>.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society*. University of Chicago Press.

- Milton, D. (2014). Autistic expertise: A critical reflection on the production of knowledge in autism studies. *Autism*, 18(7), 794-802.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
- Nicolaidis C. (2012). What can physicians learn from the neurodiversity movement? *American Medical Association Journal of Ethics*, 14(6), 503-510.
- OCDE (2024). *Portugal: Perfil de Saúde do País 2023. European Observatory on Health Systems and Policies*. OCDE Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/6be7d83c-pt>.
- Ortega, F. (2009). The cerebral subject and the challenge of neurodiversity. *BioSocieties*, 4(4), 425-445.
- Reis, N., Miranda, M., Fuzinato, R., Ribeiro, M. & Macêdo, P. (2024). Neurodiversidade na escola: Quebrando barreiras e construindo uma educação inclusiva para todos. *Aracê*, 6(4), 16062-16075.
- Runswick-Cole, K. (2014). 'Us' and 'them': The limits and possibilities of a 'politics of neurodiversity' in neoliberal times. *Disability & Society*, 29(7), 1117-1129.
- Serra, R., Rocha, S., Oliveira, C., Almeida, P., Benedetto, M., & Pellicano, E. (2023). Saúde mental de pessoas autistas em Portugal: experiências e recomendações de autistas adultos e profissionais aliados. *Centro de Estudos Sociais*. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/114182>.
- Simões, N. (2023). *Normalidade e controlo social: Enquadramento sociológico de subjetividades neurodivergentes* [Dissertação de mestrado]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/31059>.
- Singer, J. (1998). *Odd People In: The Birth of Community Amongst People on the "Autistic Spectrum"*. [Doctoral thesis]. University of Technology.
- Thapar, A., Cooper, M., Eyre, O. & Langley, K. (2013). Practitioner Review: What have we learnt about the causes of ADHD? *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(1), 3-16.
- Tronto, J. (2013). *Caring democracy: Markets, equality, and justice*. New York University Press.
- Woods, R. (2017). Exploring how the social model of disability can be re-invigorated for autism: in response to Jonathan Levitt. *Disability & Society*, 32(7), 1090-1095.

José Miguel Cordeiro Bola.

Mestre em Sociologia. Atualmente, doutorando interessado nos estudos da neurodiversidade, refletindo também sobre o conflito social e as novas formas de dominação que atravessam o mundo contemporâneo. Começou a desenvolver trabalho que combina teoria sociológica com análise empírica, utilizando metodologias e técnicas diversas. No ano corrente, construiu uma proposta de pesquisa focada na interseção entre sociologia e neurociências, particularmente na articulação entre neurodiversidade, produção identitária e representações sociais. Email: up202300280@up.pt. ORCID: 0009-0001-8894-4836.

Receção: 12-09-2025

Aprovação: 10-11-2025

Citação:

Bola, J. (2025). Em busca das diferenças. Ensaio preliminar face a uma sociologia da neurodiversidade. *Todas as Artes: Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura*, 8(2), pp. 62-80. ISSN 2184-3805. DOI: <https://doi.org/10.21747/21843805/tav8n2a5>

